

Arquiteto de Londres irá palestrar no aniversário de 69 anos do Sinduscon-PR

O arquiteto brasileiro, Edson Yabiku, que é um dos sócios do escritório Foster + Partners de Londres, na Inglaterra, irá palestrar sobre “Cidades e Edifícios – um debate sobre planejamento”, no evento de aniversário de 69 anos do Sinduscon-PR, no dia 4 de junho, às 18h30. Saiba mais na página 02.

SINDUSCON-PR, 69 ANOS

CIDADES E EDIFÍCIOS - UM DEBATE SOBRE PLANEJAMENTO

04 junho
2013

SINDUSCON-PR
69 ANOS

Realização:



Patrocínio:

CAIXA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



veja
nesta
edição

04 Workshop de Habitação

Caixa Econômica apresenta detalhes sobre linhas de financiamento para empresários da construção no Sinduscon-PR.

06 Mais formalidade no Paraná

Representantes da CUT, governo federal e empresários de todo Brasil vieram a Curitiba conhecer o trabalho do Comitê de Incentivo à Formalidade.

08 Feirão CAIXA da Casa Própria

Evento, que expôs mais de 23 mil unidades habitacionais, reuniu milhares de pessoas no Marumby Expo Center.

Diretoria Executiva
Gestão 2011/2013

Presidente

Normando Antonio Baú

Vice - presidente

José Eugênio Souza de Bueno Gizzi

1º Vice - presidente Administrativo

Ubiraitá Antônio Dresch

2º Vice - presidente Administrativo

Euclésio Manoel Finatti

1º Vice - presidente Financeiro

Sérgio Gugelmin Motter

2º Vice - presidente Financeiro

Waldemar Trotta Junior

Vice - presidentes de Áreas Técnicas

Política e Relações do Trabalho

Armando Bosco Martins Ribeiro

Responsabilidade Social

Mayra Andrea Doria Mattana

Indústria Imobiliária

Fernando Fabian

Obras Públicas

Tiago Colaço Guetter

Técnica

João Carlos Perussolo

Prestação de Serviços

Sérgio Luiz Crema

Meio Ambiente

Almir de Miranda Perru

Banco de Dados

Rodrigo José Zerbeto Assis

Conselho Deliberativo

Roberto Damiani Cardoso - Presidente

Gustavo Daniel Berman

José Roberto Pegoraro

Erlon Donovan Rotta Ribeiro - Secretário

Ex -presidentes (Natos)

Hamilton Pinheiro Franck

Julio César de Souza Araújo Filho

Ramon Andres Doria

Conselho Fiscal

Luiz Carlos Tomaschitz - Presidente

Marcelo Azevedo Braga

Renato Cláudio Keinert Junior

Suplente

Daniel do Amaral Marquêño

Delegados representantes junto ao Conselho da FIE

Normando Antonio Baú

Hamilton Pinheiro Franck

Suplentes

José Eugênio Souza de Bueno Gizzi

Fredy Henrique Chevalier

Representantes Regionais

Tadeu César Lemes - Ponta Grossa

Luiz Henrique da Silva Chaves - Paranaguá

Carlos Roberto Flareço - Guarapuava

Osmar Braun Sobrinho - Pato Branco

Ademir Antônio Schwarts - Francisco Beltrão

INFORMATIVO
SINDUSCONPR

Publicação do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná

Administração:

Rua: João Viana Seiler, 116 - Parolin

Fone (41) 3051 4300

CEP 80.220.270 - Curitiba - PR

sinduscon@sindusconpr.com.br

www.sindusconpr.com.br

Edição:

Assessoria de Comunicação do Sinduscon-PR

Coordenação Editorial: Conexa Comunicação

Jornalista responsável: Fabiane Ribas (DRT: PR 4004)

Diagramação e editoração: Inventa Comunicação

Impressão: JEDS Comp. Gráfica

CURSOS E EVENTOS

Arquiteto de Londres irá palestrar no aniversário de 69 anos do Sinduscon-PR

O arquiteto brasileiro, Edson Yabiku, que é um dos sócios do escritório Foster + Partners de Londres, na Inglaterra, irá palestrar no evento de aniversário de 69 anos do Sinduscon-PR, no dia 4 de junho, às 18h30.

Formado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPR, em 1988, Edson iniciou sua carreira no Japão, trabalhando no departamento de design e construção da general contractor Obayashi Corporation. Após três anos de obras, foi convidado a ingressar-se à Foster+Partners em 1992, onde trabalha até hoje.

Durante os 20 anos de experiência neste escritório, o arquiteto desenvolveu projetos em diversos países, entre eles, Century Tower e Kamakura House no Japão; Jiushi Headquarters e Bund Global Financial Centre na China; The New Supreme Court em Cingapura; The Index, Central Market e Masdar Institute nos Emirados Arabes. Além de participações em trabalhos em Oman, Austrália e Monaco, ele tem recentemente concentrado esforços em projetos no Brasil.



Após sua apresentação, será realizado um debate, que contará com a presença do presidente do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), Sergio Póvoa Pires, e o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Renato Lima.

O evento será na sede do Sinduscon-PR, na Rua da Glória, 175, no Centro Cívico. Associados da entidade interessados em participar do evento devem confirmar presença pelo telefone (41) 30514335 ou enviar e-mail para Sinduscon@sindusconpr.com.br.

CREA-PR e o Instituto Ethos promovem oficina sobre indicadores de Responsabilidade Social

O CREA-PR e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social promoverão no dia 6 de junho, das 9 às 13 horas, na sede do Conselho, uma oficina sobre os Indicadores Ethos. O objetivo é apresentar o conceito de responsabilidade social e mostrar os ganhos/benefícios gerados quando uma empresa/organização passa a incorporá-la em sua gestão. Já os indicadores servem para medir o que já é feito e também servem como um rol de ações a serem encampadas, conforme as diretrizes de cada empresa.

PATROCÍNIO

CAIXA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



COMPAGAS

GásNatural

CURSOS E EVENTOS

Sinduscon-PR promove curso sobre Viabilidade de Incorporação

**Treinamento será realizado nos dias
07 e 08 de junho**

Nos dias 07 e 08 de junho, o Sinduscon-PR irá promover curso de Viabilidade de Incorporações, para desenvolver as técnicas de elaboração de estudos de viabilidade econômico-financeira de incorporações imobiliárias comercializadas a preço fechado.

Ministrado pelo engenheiro Mozart Bezerra da Silva, o treinamento visa habilitar os alunos a calcular o investimento mensal necessário e o retorno mensal a ser obtido com a execução de um empreendimento imobiliário já delineado.

Com carga horária de 12h, o curso acontece na sexta-feira, dia 07, das 18h30 às 22h30, e no dia seguinte, sábado, das 9 às 13 horas e das 14 às 18 horas, na sede da entidade localizada na Rua da Glória, 175, no Centro Cívico.

Destinado a engenheiros, arquitetos, economistas, administradores e outros profissionais do setor da construção civil que exercem ou pretendem exercer funções ligadas à viabilidade de empreendimentos imobiliários, o treinamento custa R\$ 550,00 para associados do Sinduscon-PR e R\$ 690,00 para não associados.

PROGRAMA

1 - Análise econômica da incorporação. Estimativa da lucratividade do construtor, do incorporador e do investidor. Estimativa de Custos diretos. BDI da construtora. BDI da incorporadora. NBR 12.721.

2 - Análise financeira da incorporação. Remuneração do capital próprio e de investidores. Indicadores oficiais de viabilidade econômico-financeira. Fluxo de caixa. Fluxo de investimento e retorno. NBR 14.653.

3 - Modelo de cálculo para elaboração de estudo de viabilidade. Passo-a-passo para cálculo da capacidade de criação de riqueza do empreendimento. Negociações entre incorporador e investidor. Viabilidade da utilização de linhas de financiamento bancário.

4 - Simulação de cenários. Faixa de variação dos indicadores de viabilidade. Análise de Sensibilidade. Estimativa de três pontos. Análise Probabilística.

Informações e Inscrições

Spazio Idea Mkt & Eventos
41 3079-5909

Local: Sinduscon-PR, na Rua da Glória, 175 Centro Cívico - Curitiba PR

Convenção 2012/2013 Mudou! Atualize-se!!

A **TOTAL SEGUROS** atendendo a nova convenção do **SINDUSCON/PR** vem oferecer aos Clientes da Construção Civil, opções de contratação de seguro formatado especialmente para esta categoria conforme rege convenção trabalhista. Segue abaixo tabela custo x benefício: Valor mínimo **R\$16.375**, R\$7,84 podendo ser descontado até R\$3,75 por funcionário

SEGURO DE VIDA EM GRUPO

COBERTURAS

	A	B	C	D	E
Morte Qualquer Causa	16.375,00	20.000,00	25.000,00	30.000,00	40.000,00
Invalidez por acidente IPA	16.375,00	20.000,00	25.000,00	30.000,00	40.000,00
Invalidez por doença IPD	16.375,00	20.000,00	25.000,00	30.000,00	40.000,00
Cônjuge 50% I.S. Básica	8.187,50	10.000,00	12.500,00	15.000,00	20.000,00
Valor de cada funcionário	7,84	10,20	12,75	15,31	20,40

FACILIDADES E COMODIDADE NA CONTRATAÇÃO:

Funcionários acima de 65 anos condicionado análise da Seguradora;

Tabela **E** para diretores e funcionários administrativos;

Movimentação por e-mail, inclusão/alteração/exclusão;

contrate agora!!!!

(041) 3343-7444

vida@totalseguros.com.br

www.totalseguros.com.br



WORKSHOP DE HABITAÇÃO

Caixa Econômica apresenta linhas de financiamento



Para esclarecer dúvidas dos empresários da construção civil sobre os programas e as modalidades de financiamento da Caixa Econômica Federal, representantes do banco realizaram um workshop sobre habitação, no Sinduscon-PR, dia 14 de maio. O Gerente Regional de Construção Civil da Superintendência Oeste de Curitiba, Vilmar Smidarle, apresentou os resultados da CAIXA este ano, destacando o desempenho do programa Melhor Crédito, que completa um ano de operação.

“Baixar os juros foi uma estratégia acertada. Com esta medida o banco ganhou seis milhões de novos clientes, o que culminou em uma captação expressiva”, diz. Apenas no primeiro trimestre deste ano, a instituição financeira já emprestou R\$ 43,3 bilhões em crédito, montante 38% a igual período do ano passado. E a expectativa é fechar o ano com R\$ 125 bilhões em crédito concedido.

Para operar com a CAIXA e obter taxas de juros mais atrativas, Smidarle destaca que precisa ser correntista do banco, ter análise de crédito aprovada, análise jurídica da empresa, do terreno/vendedor, de engenharia do projeto, PBQP-H (para recursos do FGTS), e seguro, conforme a linha.

Quais as linhas de crédito comerciais para Pessoa Jurídica?

- Crédito Especial Empresa parcelado
- Conta Garantida Caixa
- Cheque Empresa Caixa

- Fname
- BNDES Automático
- BCD – PJ
- CDC – taxa a partir de 0,94% a.m. – prazo até 40 meses

Para Pessoa Física

- LIMITES DE CRÉDITO: A partir de R\$ 20.000,00 até 70% do valor de avaliação do imóvel
- PRAZO: até 360 meses
- GARANTIA: Alienação Fiduciária do bem imóvel
- TAXA DE JUROS: a partir de 0,98% a.m. + TR

Linhas de crédito para a habitação

Na apresentação realizada no Sinduscon-PR, a CAIXA explicou a diferença entre as quatro linhas de crédito para a habitação. Confira a seguir:

Alocação de Recursos - Financia adquirentes, sem aporte na produção.

Recursos para construção: próprios. Características:

- Não existe contratação/análise crédito PJ
- Contratação com os beneficiários finais somente após o habite-se
- Garantia da CAIXA de recursos para financiamento dos beneficiários finais, limitado a 70% do VGV
- Atende a empreendedores PF e PJ
- Validade da Carta de Garantia de até 360 dias, limitada ao encerramento do exercício civil

to para empresários da construção no Sinduscon-PR

Imóvel na Planta - Financia adquirentes, com recursos do FGTS e do SBPE.

Recursos para a construção: Próprios + Financiamento PF.

Características:

- Não prevê empréstimo à PJ, somente aos mutuários finais, mas necessita de LGCE;
- Para contratação é necessário que os recursos para conclusão do empreendimento estejam sob gestão da CAIXA (contratação com os beneficiários finais + aporte de recursos e/ou execução de obras).
- Contratação de um seguro que garanta o término da obra e a cobertura de risco de engenharia.

Apoio à Produção - Financia adquirentes e construtoras, na produção de unidades Habitacionais e Comerciais. Recursos para a construção: Próprios + Fin PF + Fin PJ. Características:

- Destina-se às construtoras, incorporadoras e SPE, depositantes da CAIXA.
- Requer idoneidade cadastral, regularidade jurídica e Certificação do PBQP-H (exceto para SBPE).
- Comprovação de 100% dos custos sob gestão da CAIXA
- Necessita capacidade de pagamento apurada em análises de risco e fluxo.
- A construtora é a fiadora e principal pagadora.

Plano Empresário CAIXA - Financia a produção para empresas do ramo da Construção Civil. Recursos para construção: Próprios + Financiamento PJ. Características:

- Destinado à produção de empreendimentos habitacionais, comerciais ou mistos com financiamento direto às empresas;
- Comercialização mínima de 30% de unidades na contratação;
- Após finalizada a obra a tomadora terá 6 meses para liquidar o saldo devedor com recursos dos financiamentos PF ou próprios;
- Terreno - deve ser de propriedade da empresa tomadora, SPE ou seus sócios; ou, de terceiros, com limitação de percentual de permuta de até 20% das frações ideais;
- Exigido Seguro de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil do Construtor
- Número de Unidades - Máximo de 500
- Quota - 100% do CTO, limitado a 60% do VGV

- Prazo máximo de produção de obra 36 meses
- Avaliação técnica de engenharia simplificada
- Possibilidade de antecipação de até 10% do financiamento PJ, limitado ao valor do terreno;
- Possibilidade de pagamento de obra executada até 15% do CTO para MGE.

Sistemas de amortização da CAIXA

Vilmar Smidlarle explanou também sobre os sistemas de amortização da Caixa Econômica Federal, que por um movimento do mercado, passou a utilizar também a Tabela Price e SAM (Sistema de Amortização Misto). Confira a diferença entre as três possibilidades disponibilizadas pelo banco:

- SAC - o valor da parcela do encargo mensal para amortizar o financiamento é constante e a parcela de juros decrescente. Assim o valor do encargo mensal diminui ao longo do tempo.
- SAM - baseia-se nos sistemas de amortização SAC e Price.
- Tabela Price - o valor da parcela do encargo mensal para amortizar o financiamento é crescente e a parcela de juros decrescentes, sendo o encargo mensal constante durante o prazo contratado.

Acesse o site do Sinduscon-PR (www.sindusconpr.com.br) e confira a apresentação da Caixa Econômica na íntegra.



MAIS FORMALIDADE NO PARANÁ

Representantes da CUT, governo federal e empresários de to



A formalização do emprego é uma das principais bandeiras do Sinduscon-PR. Ao mesmo tempo em que o setor comemora o crescimento sustentável da construção e mercado imobiliário, também são intensificadas as ações de incentivo à formalidade, para que as taxas de crescimento de emprego ocorram sempre com carteira assinada.

Para enfrentar esta questão, o Paraná constituiu o Comitê de Incentivo à Formalidade, que há 12 anos vem realizando visitas com cunho orientativo em obras de empresas e particulares, em todo o Estado. Foi para conhecer os resultados deste trabalho que representantes dos trabalhadores, empregadores e do governo, membros do GT da Construção da Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Construção, vieram ao Sinduscon-PR, no dia 13 de maio.

O vice-presidente Administrativo do Sinduscon-PR, Euclesio Finatti, explicou que o objetivo é alertar as pessoas físicas e jurídicas que atuam à margem da legislação trabalhista, informando que contratar mão de obra sem o cumprimento da lei é atuar na informalidade. “A maioria dos problemas está nas obras particulares, onde o responsável pela obra, em geral pessoa física, não formaliza a relação de trabalho com o profissional, e não tem consciência de que se acontecer algum acidente com este trabalhador, ele poderá responder processo civil e até criminal”, alerta.

Durante as visitas, que ocorrem com as presenças de representantes do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea-PR), dos trabalhadores (Fetraconpar)

e dos empregadores (Sinduscon-PR, Sinduscon oeste, Sinduscon norte e Sinduscon noroeste) do Paraná, são observadas questões como a regularização do trabalhador, no que se refere à Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o atendimento à NR 18, que trata das Condições de Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, e o profissional responsável pela obra. O objetivo é que o crescimento do nível de emprego no Estado ocorra sempre por meio da formalidade (com carteira assinada).

Com os trabalhos do comitê, o índice de informalidade, que no restante do País supera 50%, no Paraná foi reduzido para 30%.

Falta fiscalização do governo

O diretor da CUT nacional (Central Única dos Trabalhadores), Pedro Armengol, salientou que a informalidade é um problema crônico, em todo o País, e que qualquer medida positiva que vise combatê-la deve servir de exemplo para todos.

“O comitê não tem função fiscalizatória, mas as orientações repassadas por este grupo que visita as obras estão surgindo efeito. Agora cabe ao Estado se estruturar para conseguir efetivamente fiscalizar e autuar aqueles que insistem em trabalhar à margem da lei”, aponta.

O Secretário de Inspeção do Trabalho do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), Luiz Felipe de Melo, reconhece que falta estrutura para uma ação mais preventiva, mas que o poder público já está estudando alternativas para intensificar as fiscalizações. “A multa por trabalhador

e todo Brasil conhecem o Comitê de Incentivo à Formalidade

que estiver atuando na informalidade gira em torno de R\$400,00, dependendo das infrações identificadas, mas é um montante considerado baixo, por isso já estamos analisando a atualização destes valores, por meio de Projeto de Lei”, alerta.



Sobre as obras particulares, Euclesio Finatti alerta que o trabalho de construção e reforma deve ser realizado por uma empresa especializada, por questões de segurança e qualidade. “O barato sai caro. Às vezes as pessoas contratam um pedreiro ou mestre de obras para construir ou reformar a casa, sem se dar conta dos riscos que estão correndo, não apenas com relação à segurança dos trabalhadores, mas também quanto à qualidade do trabalho que está sendo feito. As obras de engenharia precisam ter um responsável técnico”, orienta.

Aqueles que operam na informalidade estão descumprindo com as leis tributária, trabalhista e previdenciária, e estão sujeitos a serem autuados pelos órgãos competentes. “Para combater o trabalho informal, não só na construção civil, é preciso também uma revisão na política tributária”, frisa Finatti.



Conselho Curador do FGTS refinancia dívida de cooperativas e companhias de habitação

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS) decidiu dia 14 de maio, durante reunião em Brasília, refinanciar dívida habitacional de agentes que receberam crédito do fundo até 2001 para operações habitacionais. São 26 cooperativas e Companhias de Habitação (Cohab), que pegaram dinheiro emprestado do FGTS para construção e comercialização de imóveis de baixa renda, mas não realizaram o pagamento referente ao empréstimo, que somam R\$ 8 bilhões.

O prazo máximo do pagamento subiu de 120 para 240 meses, e a taxa de juros, que variava de 4% a 6% ao ano, será de 3% até 2026. Após esse período, as taxas serão corrigidas pela taxa referencial de juros, acrescida de 6%. Pelo novo cálculo, o FGTS vai deixar de receber R\$ 200 milhões. De acordo com o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, a proposta de renúncia de R\$ 200 milhões faz parte de um esforço maior que pode recuperar R\$ 8 bilhões para o fundo.

Setor promove debate sobre a revisão da norma de esquadrias em Londrina

O Sinduscon-Londrina e a Belmetal promovem no dia 2 de julho, das 19h, em Londrina, no Paraná, palestra sobre o tema “A Revisão da Norma de Esquadrias Externas para Edificações, da Norma de Desempenho das Edificações e a Avaliação da Atenuação Acústica”. A palestra será proferida pela engenheira Fabíola Rago, consultora técnica da Afeal.

PESQUISA IMOBILIÁRIA

Sinduscon-PR disponibiliza informações sobre produção imobiliária de Francisco Beltrão e Pato Branco

A partir do mês de maio, o Sinduscon-PR, em parceria com o Sebrae-PR, passa divulgar informações sobre produção imobiliária das cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão. São dados de alvarás liberados para construção e habite-se expedidos, com série histórica a partir de 2011, apresentados em tabelas e gráficos para melhor compreensão dos números.

Os dados serão divulgados sempre no site do Sinduscon-PR (www.sindusconpr.com.br), na área de Economia → Pesquisas de mercado (exclusivo para associados) e serão atualizados conforme disponibilizados pelas prefeituras das referidas cidades.

O Consultor de Negócios do Sebrae-PR, Gerson Miotto, destaque que, com os dados estratificados da pesquisa elaborada pelo consultor do Sinduscon-PR, Marcos Kahtalian, os empresários, arquitetos, engenheiros, gestores de imobiliária e estudantes da região poderão acompanhar o crescimento do mercado local. "Estas informações de inteligência são estratégicas e fundamentais para os gestores das empresas terem mais condições de planejar seus investimentos e perceber novos nichos de mercado", frisa.

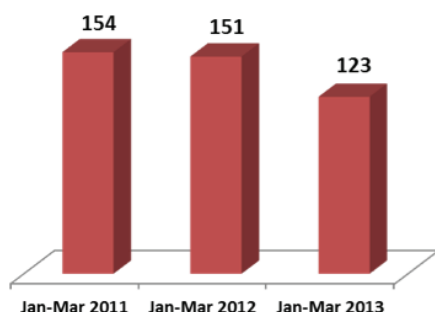
No mês maio, foram apresentados os primeiros dados da pesquisa. Confira a seguir as informações de cada cidade:

Francisco Beltrão

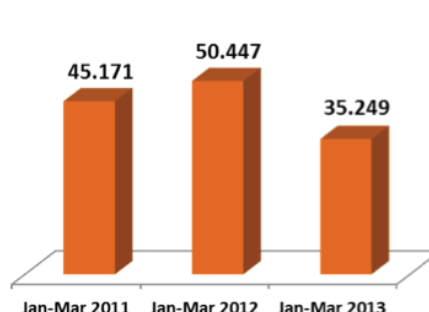
Ao comparar os alvarás liberados pela prefeitura de Francisco Beltrão no 1º trimestre de 2013, com os números do mesmo período de 2012, é possível observar que houve uma queda de 19% (de 151 para 123) em unidades, e de 30% (de 50.477 para 35.249 m²) em área liberada para construção. Considerando somente os alvarás residenciais, em unidades habitacionais, a redução foi de 21% (129 para 102) e, em área, 36% (de 27.443 para 17.542 m²).

No total de unidades que obteve o habite-se, houve queda de 4% (de 89 para 85), comparando o mesmo período. Já para unidades residenciais, houve elevação de 22% (de 67 para 82).

Alv. liberados - Total Unidades



Alv. liberados - Total Área (m²)

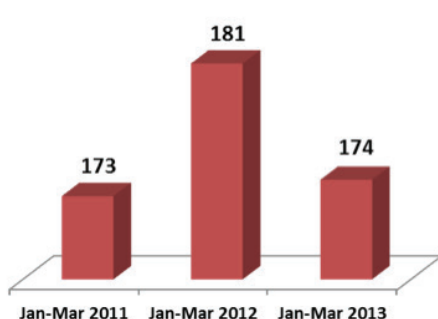


Pato Branco

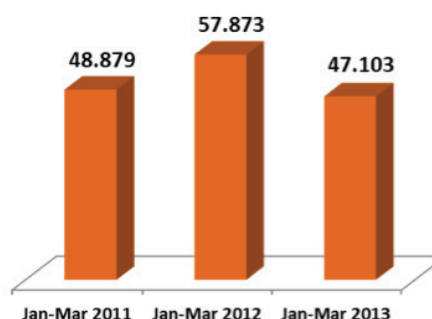
Segundo dados da prefeitura de Pato Branco, o 1º trimestre de 2013 registrou diminuição de 4% (de 181 para 174) no total de unidades liberadas para construção, comparado ao mesmo período de 2012. Com relação à área liberada, a redução foi de 19% (de 57.873 para 47.103). Nos alvarás residenciais, houve uma pequena queda de 2% (de 157 para 154) em unidades e um aumento de 31% (de 20.773 para 27.264) em área liberada, demonstrando que a área média da unidade está maior.

Pelas expedições de habite-se, houve reduções de 14% (de 195 para 168) no total de unidades e de 15% (de 188 para 159) nos residenciais.

Alv. liberados - Total Unidades



Alv. liberados - Total Área (m²)



SHALE GAS

Paraná tem enorme potencial energético com o gás não-convencional

O professor da Fundação Dom Cabral, Cláudio Pinho, afirmou durante o Seminário "Gás Natural como Estratégia de Competitividade", que o estado do Paraná tem grande potencial para diversificação das fontes energéticas: "O Paraná tem uma quantidade grande de gás não convencional (shale gas) abaixo do basalto, o que torna o estado uma potência energética para os próximos anos".

Luciano Pizzatto, diretor-presidente da Companhia Paranaense de Gás – Compagas, concorda com Pinho "Além do shale gas, temos também um enorme potencial ainda inexplorado de biogás e a Compagas já está monitorando as opções no estado para utilizar o biogás como combustível e também como fonte de energia" comenta Pizzatto.

Nos Estados Unidos, o shale gas já é explorado e mudou radicalmente o panorama energético daquele país, passando de 1% da produção doméstica em 2000 para 35% da produção nacional em 2012, segundo dados da Energy Information Administration dos EUA (EIA/US DoE). Pizzatto esteve recentemente em visitas ao país, onde participou de eventos sobre o tema em Washington e Houston, e confirma a oportunidade para o Paraná neste cenário. "Com a experiência adquirida nesses eventos, podemos afirmar que a revolução energética proporcionada pelo shale gas compara-se à Revolução Industrial do século XIX, pela extrema rapidez que ocorre, inclusive as pessoas nem percebem que essas mudanças estão acontecendo" ressalta o diretor da Compagas.

Pinho lembrou que o estado precisa se preparar para o futuro: "Para que o potencial do gás não-convencional seja explorado é preciso que projetos relacionados à área sejam estruturados. É necessária também uma revisão da política industrial para a cadeia de suprimentos de gás, além de capacitar tanto a mão-de-obra como as universidades para procurar inovações nesse campo", explica o professor.

Governo anuncia Plano Nacional de Saneamento em junho

O governo federal deve anunciar no próximo mês de junho um novo pacote de investimentos para impulsionar a economia. O Plano Nacional de Saneamento Básico (PlanSab), que vem sendo discutido desde 2007, prevê a aplicação de R\$ 508,5 bilhões entre 2013 e 2033 para universalizar o acesso à água e ao esgoto tratado. De acordo com o ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, o governo também deve desonerar as empresas do setor de saneamento do PIS e da Cofins.

A proposta prevê que o dinheiro que elas deixarem de recolher ao Fisco seja utilizado para complementar os investimentos. A expectativa é que o plano seja uma peça fundamental para destravar os investimentos do setor, que sofre com a falta de planejamento e de uma política organizada há décadas.

O novo pacote prevê que, do governo federal, os investimentos acumulem R\$ 298,1 bilhões nos próximos 20 anos. A estimativa de aplicar R\$ 50 bilhões já entre 2013 e 2014 está inserida nessa previsão de gastos. Os restantes R\$ 210,4 bilhões deverão vir de Estados, municípios e empresas privadas. Em 565 cidades, o serviço já é operado pelo setor privado.



Tempo de **Expandir** os horizontes
Crescer ao seu lado requer solidez e estrutura

Nova sede
no Atuba com 65
mil m²

Nova sede
em Joinville

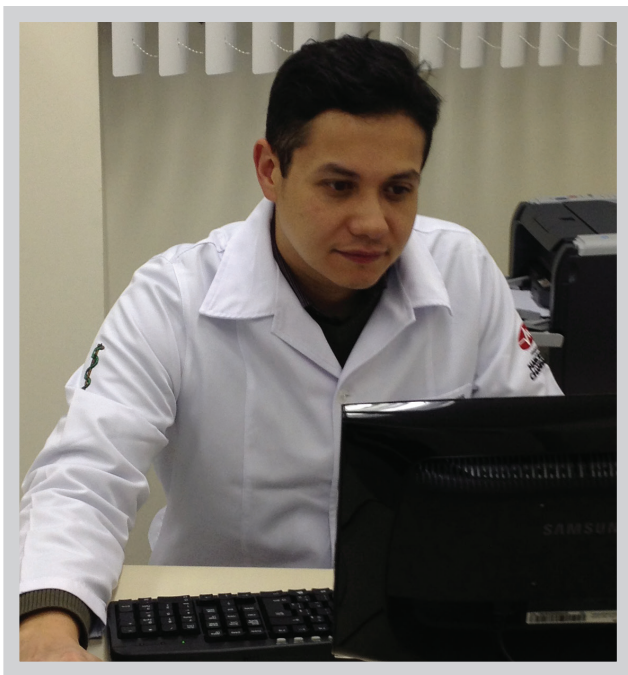
Mais espaço,
equipamentos e
unidades de
atendimento:
Atuba, CIC,
Pinhais e Joinville

Matriz: (41) 3661-6000
www.versatilandaimes.com.br



SAÚDE DO TRABALHO

Otorrinolaringologista faz alerta sobre o uso do protetor auricular



O setor de segurança e saúde tornou-se multidisciplinar e busca incessantemente prevenir os riscos ocupacionais. Esta é a forma mais eficiente de promover e preservar a saúde e a integridade física dos trabalhadores. Neste contexto, o Seconci-PR (braço social do Sinduscon-PR) disponibiliza aos trabalhadores da construção civil que atuam em empresas associadas à entidade um leque de especialidades nas áreas médica e odontológica, além de fisioterapia e treinamentos específicos para o setor.

A atuação da entidade tem como foco a eliminação ou neutralização dos riscos, prevenindo uma doença ou impedindo o seu agravamento.

Uma das especialidades internalizadas na entidade é de otorrinolaringologia. O Dr Cristiano Nokagawa, que é cirurgião cérvico-facial e professor de residência médica da PUC-PR, atende no Seconci-PR todas as segundas-feiras. “A maioria dos pacientes que atendo reclama de problema de audição, devido ao cerume nos ouvidos, o que é fácil de resolver no próprio consultório. O importante é frisar que a atualização do protetor auricular é fundamental para proteger o ouvido de ruídos, muito comuns nos canteiros de obras”, diz o otorrino.

O protetor auricular protege os canais auditivos contra ruídos, entrada de água ou entrada excessiva de vento. “O cuidado não se restringe apenas em usar e sim, como

usar. É imprescindível o uso e higienização correta, pois, o mau uso também pode acarretar problemas com a saúde. O uso correto garante a integridade do produto e o que ele oferece, ou seja, a atenuação conforme orientação do fabricante”, orienta Nokagawa, acrescentando que a higienização garante a saúde física do colaborador.

“O trabalhador deve ser orientado sobre a utilização do protetor auricular, tão logo receba o EPI, pois a falta de higienização pode acarretar graves infecções por bactérias”, alerta.

Confira essas dicas:

- Nunca use protetor auricular de outra pessoa
- Não deixe exposto no pescoço quando não estiver em uso
- Ao final do expediente lave-o conforme orientação recebida no treinamento
- Armazene de forma correta
- Não leve para casa
- Protetor auricular não é um adorno, portanto nunca o use como enfeite no pescoço ou presilha da calça
- Evite o contato com produtos químicos
- Evite manuseá-lo com as mãos sujas
- Troque-o sempre que necessário

Pacientes que fazem exames complementares devem reagendar consulta assistencial no Seconci-PR para conhecer o resultado

O médico do trabalho do Seconci-PR, Marcelo de Oliveira, alerta que funcionários de empresas associadas à entidade que passam por tratamento com especialistas, pelo atendimento assistencial, e eventualmente realizam exames complementares, devem agendar consultas de retorno para ter acesso ao resultado dos exames. “Percebemos muitos casos que isso não vem acontecendo, a exemplo de pacientes da área ginecológica, que fazem os exames preventivos e não voltam para receber orientação médica”, destaca. Dr Marcelo alerta que, nestes casos, as empresas devem fazer o agendamento de retorno, para que o profissional possa avaliar o resultado dos exames e orientar os pacientes sobre possíveis tratamentos.

Texto revisado da Norma de Segurança e Saúde no Trabalho deve estar pronto em agosto de 2014



O texto da Norma Regulamentadora nº 18, que trata de Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho na Construção, será revisado a partir de agosto deste ano, devendo ser publicado no segundo semestre de 2014. A afirmação foi feita pelo vice-presidente de Relações Capital-Trabalho do Sinduscon-SP e membro da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da CBIC, Haruo Ishikawa, durante o Pré-Congresso sobre Gestão dos Riscos e da Saúde dos Trabalhadores da Indústria da Construção, que abriu o 15º Congresso Nacional da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt).

Na ocasião, Ishikawa proferiu palestra sobre o “Panorama da Construção Civil no Brasil e os Avanços na Legislação em Saúde e Segurança no Trabalho”, na qual apresentou dados sobre emprego na construção civil e a evolução da demanda por trabalhadores e dos salários. Também detalhou aos médicos do trabalho a proposta de cronograma de revisão da NR 18.

Segundo Ishikawa, o novo texto normativo será elaborado por meio de reuniões mensais, de três dias cada, frequentadas por quatro Grupos de Trabalho – Organização do Canteiro; Eletricidade; Máquinas e Equipamentos; e Trabalho em Altura– sob acompanhamento do CPN (Comitê Permanente Nacional) e gestão por dois coordenadores da CGNOR (Coordenação-Geral de Normatização e Programas), ligada à Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

O texto final deverá ser apresentado à CPN em junho de 2014, harmonizado pela CGNOR de junho/julho, discutido em julho com a coordenação da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente). A aprovação pela CTPP deverá acontecer na reunião seguinte, provavelmente no mês de agosto do ano que vem. Fonte: Sinduscon-SP.

Elevadores a cabo em canteiros de obras terão que ser substituídos em dois anos

A Portaria 644/2013 do Ministério do Trabalho e Emprego, que entrou em vigor no último dia 10 de maio, alterou itens da Norma Regulamentadora NR-18 no que se refere, dentre outros, a elevadores a cabo de aço para obras de construção civil. Pelo normativo são permitidas por 12 meses, contados da publicação da Portaria, a instalação e a utilização de elevador de passageiros tracionado com um único cabo, desde que atendidas às disposições da NR-18.

Terminado esse prazo, os elevadores de passageiros tracionados a cabo poderão operar nas seguintes condições: a) As obras que já tenham instalados elevadores de passageiros tracionados com um único cabo poderão continuar operando por mais 12 meses, desde que atendam às disposições desta NR 18. b) Somente podem ser instalados elevadores de passageiros tracionados a cabo que atendam ao disposto na ABNT NBR 16.200:2013, ou alteração posterior, além das disposições da NR-18.

A Portaria também prorrogou por 24 meses o prazo para que as novas redações de subitens da NR-18 (relativos a Movimentação e Transporte de Materiais e Pessoas), aprovadas pela Portaria SIT 224/2011, passem a entrar em vigor, são eles: 18.14.1.2; 18.14.21.16; 18.14.22.4, alíneas “b”, “d” e “e”; 18.14.23.3, alíneas “a”, “c”, “d” e “g”; 18.14.25.4.

INFORME JURÍDICO

Lei garante estabilidade provisória da gestante durante o prazo do aviso prévio

Foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 17 de maio de 2013, a Lei nº 12.812, que acrescentou o artigo 391-A ao capítulo da proteção à maternidade, seção V, da Consolidação das Leis do Trabalho. O texto acrescentando na CLT dispõe que a confirmação do estado de gravidez ocorrida no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (artigo 10, inciso II, alínea "b"). A vigência da lei será a partir da data de publicação.

O instrumento legal reflete jurisprudência já consolidada do Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que a concepção no durante o curso do aviso prévio assegurará a estabilidade provisória da empregada gestante. Ou seja, a condição essencial para assegurar a estabilidade à empregada grávida é o fato de a gravidez ter ocorrido durante o contrato de trabalho, independentemente do conhecimento do fato pelo empregador.

A justificativa legal decorre do fato de que a relação de emprego ainda se encontra em vigência, já que o aviso prévio, cumprido ou não, o integra o contrato de trabalho para todos os efeitos (artigo 487, parágrafo 1º, da CLT).

Outro fundamento jurídico adotado nas decisões do TST é o mesmo utilizado na nova lei, ou seja, atende à determinação contida no artigo 10 do ADCT, que veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

A jurisprudência do TST também assegura a estabilidade provisória àquelas empregadas cujos contratos têm prazo determinado para o encerramento. O entendimento consolidou-se com a inclusão, em 2012, do inciso III da Súmula nº 244.

Confira a íntegra da nova lei:

Lei Nº 12.812, de 16 de maio de 2013

Acrescenta o art. 391-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante, prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Presidenta da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 391-A:

"Art. 391-A. A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de maio de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Manoel Dias
Maria do Rosário Nunes
Guilherme Afif Domingos

Receita Federal publica comunicado às empresas do setor da construção civil sobre a desoneração da folha

A Receita Federal publicou ontem, dia 20 de maio, o seguinte comunicado às empresas do setor da construção civil, no que se refere à Desoneração da Folha de Pagamento - Recolhimento da contribuição sobre a receita bruta. A seguir, íntegra do comunicado, assinado pela Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança:

"Comunicamos às empresas do setor de construção civil enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, que foram beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento ao serem incluídas no inciso IV do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com vigência do benefício tributário a partir de 01/04/2013, que os recolhimentos calculados sobre o valor da receita bruta deverão ser efetuados em Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), utilizando-se o código de receita "2985- Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta - Art. 7º da Lei 12546/2011".

O disposto acima aplica-se, inclusive, às empresas optantes pelo regime do Simples Nacional. Para a informação em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), a partir da competência abril/2013, essas empresas deverão seguir as orientações constantes do Ato Declaratório Executivo nº 93, de 19 de dezembro de 2011, expedido pela Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac). No preenchimento da GFIP, as empresas de que trata o primeiro parágrafo acima e que sejam optantes pelo Simples Nacional deverão informar "0000" no campo destinado ao código de Outras entidades e Fundos (Terceiros)".

A consulta oficial feita pela CBIC no último mês de abril à Receita Federal sobre pontos da Desoneração da Folha de Pagamento que precisam de melhores esclarecimentos ainda não foi respondida. Tão logo seja a CBIC informará aos associados.